

Ricardo Marques



Os Fantasmas do Rovuma

A epopeia dos soldados portugueses em África
na Primeira Guerra Mundial

ÍNDICE

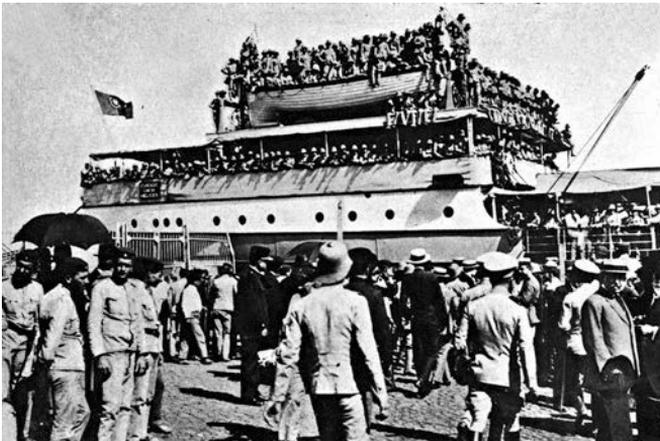
Introdução	13
Parte I	
Quionga	23
Decisões, decisões	35
O inimigo, por fim	45
Parte II	
Tragédia no Rovuma	57
O comandante da 21. ^a	70
A força invencível	75
Em Palma, nada	82
A vida num posto à beira-rio	91
Parte III	
A grande ofensiva	99
Em território hostil	113
O combate de Maúta	117
Para Nevala	124
O ponto mais alto	133
A estrada para Lulindi	138
A morte do major	141
Parte IV	
Seis dias no alto do inferno...	153
... E mais um para fugir	161
A noite dos mil caminhos	168
Pânico em Palma	172

Parte V	
1917	183
O rei dos animais	187
Os homens do 31	190
A primeira invasão	196
Os ajauas	202
O Mahon	204
Os macondes	209
O rato	213
No fim, o silêncio	223
O dia em que morreu Viriato Sertório de Lacerda	229
Coluna Pirata	235
Oitenta escudos e duas bicicletas	244
Bibliografia	249
Agradecimentos	255

PARTE I



O desfile das tropas portuguesas
pela Avenida da Liberdade, em junho de 1916.



A expedição já a bordo do navio que a conduzirá
a Moçambique.



Dois oficiais instalados no acampamento.



Um soldado lendo cartas da família.



Quionga

*Lisbon, April 11th – The Portuguese military commander at Porto Amelia, east coast of Africa, cables that he has occupied Kionga, on the border of Portuguese and German East Africa, which the Germans seized in 1894.**

The New York Times, 12 de abril de 1916

O cão era minúsculo, magro, e não parava de ladrar aos invasores. Escapava-lhe a solenidade do momento. As tropas portuguesas que passavam à porta do seu dono alemão, em Mlamba, tinham acabado de obter uma vitória histórica sobre as forças germânicas, a primeira da Grande Guerra, recuperando para Portugal o território ocupado de Quionga, na foz do Rovuma, no norte de Moçambique. É certo que tudo tinha sido feito sem se ouvir ou dar um único tiro e sem se ver o inimigo, nem sequer ao longe. «O pequeno cãozito fora a única resistência encontrada», descreve o capitão Júlio Rodrigues da Silva, já depois de ter visto subir a bandeira portuguesa diante da casa

* Lisboa, 11 de abril – O comandante português em Porto Amélia, na costa este de África, comunica que conquistou Quionga, na fronteira entre a África Oriental Alemã e a Portuguesa, que os alemães ocuparam em 1894.

bem estimada do administrador alemão, ao som da marcha de continência.

Os corneteiros deram o melhor de si na manhã de 10 de abril de 1916 e foram enviados mensageiros a comunicar a boa nova ao quartel-general em Porto Amélia. Quionga tinha caído, o objetivo estava cumprido, a glória de Portugal reposta. Claro que ficaram coisas por contar, inclusive uma outra queda, a do comandante do pelotão da 4.^a Companhia, com princípios de insolação, instantes antes de a coluna, dividida em três, entrar triunfante na localidade e depois de meia hora a lutar com a lama num pântano debaixo de um «sol ardente».

A imprensa de Lisboa rejubilou e exagerou, descrevendo horrorizados alemães em fuga desordenada perante o poder esmagador das tropas nacionais. «Para as afrontas que da imperial nação de bandidos recebemos, soou finalmente a hora do desagravo. Há uma justiça imanente que se manifesta, tardiamente embora, perante a qual têm de curvar-se os altivos exércitos do kaiser e são inúteis as suas tremendas máquinas de guerras», escreveu, na primeira página, *A Capital*, a 11 de abril. Eis uma fórmula inatacável e irresistível: a justiça imanente e as temíveis tropas portuguesas. Capaz de tudo, até de eliminar a verdade.

Quionga era uma pedra de 395 quilómetros quadrados no sapato português. Vinte e dois anos antes, um governador alemão, o barão de Schele, tinha mandado vinte soldados indígenas, askaris, ocupar a vila e hastear a sua bandeira para criar um posto alfandegário. A disputa do chamado Triângulo de Quionga, no extremo mais a norte de Moçambique, junto à foz do rio Rovuma, fronteira natural com a África Oriental Alemã, não era nova para nenhum dos lados em 1916, nem em 1894. Surpreendentemente, os dois países tinham até atuado em conjunto numa ofensiva realizada em 1884 para expulsar as tropas do sultão de Zanzibar do território. A povoação de Palma, uma homenagem ao coronel Palma Velho, nasceu nessa altura.

Nos anos seguintes, celebraram-se vários tratados entre portugueses, alemães, ingleses e franceses para garantir que os territórios até ao Rovuma, Quionga incluída, eram de Portugal.

A diplomacia depende muitas vezes do ponto de vista. E sobre Quionga os alemães tinham a sua e o seu. Que não agradavam aos portugueses, claro, privados de uma fatia considerável de terra, mas que também desagradavam aos ingleses, mais preocupados com um possível avanço definitivo para sul. De resto, no rescaldo da vitória, o jornal *A Capital* aproveitava a edição de 11 de abril para uma muito breve lição de história diplomática e de sucesso colonial. «Em nota dirigida ao governo de Berlim, a Inglaterra opôs-se a que as forças alemãs de ocupação descessem mais para o Sul, alegando que no Cabo Delgado alguma coisa a humanidade devia já ao esforço civilizador dos portugueses.» E que coisa era essa? Uma lanterna suspensa num poste de madeira. «Era pouco, mas o bastante para demonstrar que Portugal não descurava o seu papel de potência colonial, alumando o caminho à navegação nos portos onde mais necessário se tornava fazê-lo», concluía o artigo.



O capitão Liberato Pinto, chefe do estado-maior da expedição que tomou Quionga, posa junto ao *carro-secretaria*.

Em Lisboa, onde as notícias vindas do norte de Moçambique chegaram céleres, celebrava-se ainda uma vitória do Benfica sobre o Sporting por 3-0, no Campo de Sete Rios. Nos palcos, o grande sucesso era a nova revista *O País do Sol*. Escrita por Avelino de Sousa e pelo ator Carlos Leal, tinha música dos maestros Tomaz Del Nero e Luz Junior. O público enchia a sala do Éden e deliciava-se com as brincadeiras mordazes no retrato das figuras mais típicas da cidade. No Coliseu dos Recreios, pouco mais de um mês depois de a Alemanha ter declarado guerra a Portugal, ainda se suspirava por Garcia Blanco, a soprano que encimou o cartaz da época lírica da cidade.

Na *Ilustração Portuguesa*, o suplemento do jornal *O Século*, Júlio Dantas deliciava-se com a ironia de a carne de porco ter reaparecido nas lojas em plena Quaresma e tirava o pulso à já beligerante nação – a declaração de guerra da Alemanha a Portugal era de 9 de março de 1916. «Passou a hora confusa das palavras. Chegou o momento decisivo da ação. O país espera tranquilo – com a serena consciência das responsabilidades que se aceitam, com a calma dignidade do dever que se cumpre.»

O retrato de Portugal, contudo, era a tropa exausta que se arrumava onde podia em Quionga. Não havia tranquilidade; talvez um pouco de sensação do dever cumprido (afinal a bandeira verde e vermelha estava lá em cima), e, sim, muita confusão. Seis meses depois de terem marchado vinte quilómetros desde o quartel até à estação de Penamacor, os homens do 3.º Batalhão Expedicionário do Regimento de Infantaria N.º 21 caíam esgotados no fim da caminhada vitoriosa até Quionga.

Tudo parecia já demasiado distante: a notícia, recebida com apenas duas semanas de antecedência, do embarque para África, a confusão da preparação, os magotes de voluntários que se apresentaram (desde velhos gordos e doentes a bandidos e fidalgos à procura de aventura) e que espalharam o medo na vila, a indiferença à chegada a Lisboa (o desinteresse da população foi

quase total, exceção feita aos que tiveram de parar para deixar passar a soldadesca), a confusão do embarque (com tentativas de deserção e a subida apressada a bordo, sem sequer haver tempo de olhar para trás). Parecia ter sido há tanto tempo.

Na verdade, tinham passado apenas seis meses. Os soldados exaustos de Quionga, tal como os camaradas que tinham ficado em Palma, muitos deles doentes, chegaram a Porto Amélia a 7 de novembro de 1915, depois de uma viagem de um mês a bordo do *Moçambique*, um paquete a vapor de 6535 toneladas, embarcação de passageiros convertida em navio de transporte de tropas, o maior e o mais bem equipado de todos os que estavam ao serviço da Companhia Nacional de Navegação.

No dia da partida, 7 de outubro de 1915, eram 1670 os homens que integravam a segunda expedição militar enviada pelo governo para a frente africana. Os dois passageiros mais ilustres do navio eram o comandante da expedição, major de artilharia Moura Mendes, e o recém-nomeado governador-geral da província de Moçambique, Álvaro de Castro.

Na véspera do embarque, Lisboa assinalava o quinto aniversário da jovem República. Ao almoço, numa das melhores salas do Hotel Francfort, Álvaro de Castro ficara sentado à cabeceira de uma enorme mesa em U, rodeado de sessenta representantes das comissões municipais e paroquiais da cidade. Durante mais de duas horas, entre o meio-dia e as duas e meia, além de vários brindes com champanhe, foram muitos os elogios e os votos de felicidade dirigidos ao senhor Álvaro de Castro – um militar feito político, de quem se dizia, em letras grandes nos jornais e sem receio nas *soirées* da capital, sentir um «acrisolado e nunca desmentido amor pela República».

À hora do último *shake-hands* com o governador-geral no Hotel Francfort, Bernardino Machado, que tinha tomado posse como presidente da República no dia anterior, estava já na tribuna montada na Rotunda com os seus convidados a cumprir a parte

final da agenda. Recebera o comandante da expedição de manhã, às 10h30, para os cumprimentos e as despedidas. Após o almoço, seguiria-se a revista às tropas vindas de Penamacor, na Avenida da República, e uma curta e rápida viagem, à frente do desfile, para tomar o lugar ditado pelo protocolo. A tropa veio atrás e marchou por Lisboa, com a marinha à cabeça e o estado-maior a cavalo, perante a apatia quase absoluta de quem passeava na rua. «A meio da Avenida da Liberdade, três ou quatro pessoas deram vivas e bateram palmas ao batalhão; foram as únicas manifestações aclamativas que recebeu, durante todo o tempo em que estive destacado.» Foi desta forma que Júlio Rodrigues da Silva registou o singular acontecimento.

Escortado por dois *destroyers* batizados *Douro* e *Guadiana*, o gigante *Moçambique* arrastou-se pelo Tejo a caminho do mar, levando dois mundos a bordo rumo à guerra. Moura Mendes e Álvaro de Castro, cuja relação viria a complicar-se nos meses seguintes, ficaram instalados, tal como todos os oficiais da expedição, nas cabinas da primeira classe. Os sargentos ocuparam a segunda classe, os cabos a terceira e os praças arrumaram-se nas cobertas e nos porões.

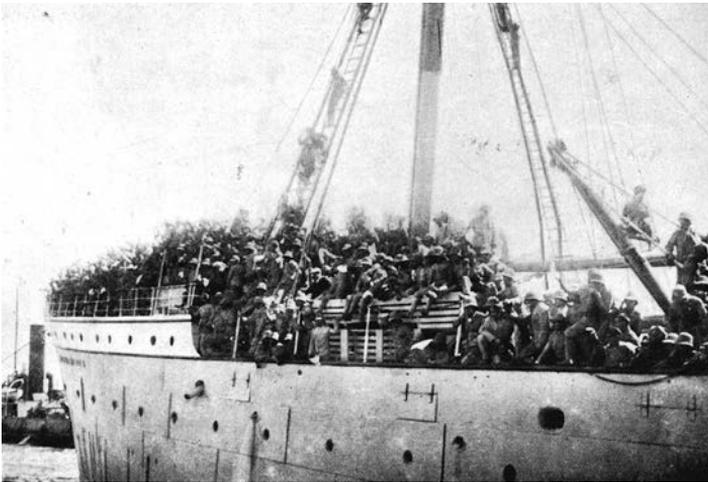
Separadas por apenas algumas dezenas de metros, eram realidades tão diferentes que nem a rotina militar conseguia esbater. Vivia-se como num quartel, assim se impunha, mas o «como», em alto-mar, fazia toda a diferença. Enquanto nos andares de cima se passeava ao fim da tarde a olhar o mar, a fumar um cigarro e a discutir as últimas do país – ou se perdiam horas em momices, jogos e brindes com champanhe, como no dia da passagem do equador –, nos andares de baixo lutava-se por tudo. Até pela vida.

Quando a noite caía, grupos de militares organizavam-se para cortar a luz elétrica e, na escuridão, roubavam dinheiro, roupas, botas, mochilas e tudo aquilo que conseguissem, armados com navalhas para intimidar os que tentassem resistir. Quando as notícias e as queixas chegavam aos *decks* superiores, o estado-

-maior ordenava de imediato rigorosas revistas ao navio, mas os bens roubados desapareciam, escondidos onde ninguém chegava ou, em último caso, largados em alto-mar, deixando um estranho rasto de tropa conquistadora na água. «Alguns graduados não era sem receio que desciam aos porões, onde a rufiagem refileva a qualquer ordem e deixava entrever as lâminas das facas, a propósito de tudo e de nada», admite o capitão Rodrigues da Silva.

O que as lâminas não conseguiam, o cheiro encarregava-se de garantir. E assim, receosos e enojados, os oficiais raramente desciam aos porões do *Moçambique*. Após alguns dias de mar, já os soldados se recusavam a tomar banho, mesmo depois de terem sido ameaçados com o corte no café, e poucos se coíbiavam de urinar e defecar nos porões, onde se acumulava também o vomitado dos que tinham estômagos sensíveis ao balanço das ondas.

Mas a vida continuava, sempre. «Nos esconsos das cobertas e porões, com calor insuportável, cheiro nauseabundo e repelente de centenas e centenas de criaturas com hábitos de porcária e receosas do contacto da água, nunca deixou de se jogar, principalmente depois do recolher.»



Os soldados apinhados no convés.

Para muitos dos soldados da unidade do capitão Rodrigues da Silva, que anos mais tarde se dedicou a recolher e a sistematizar todos os factos, datas e horas que diziam respeito ao batalhão desde a saída de Penamacor, o mar era uma novidade quase tão grande como o navio que o cruzava. Talvez por isso lhes tenha escapado um pormenor premonitório: em Luanda, onde o *Moçambique* tinha parado para receber carvão, tiveram o primeiro contacto com África e com «pretos». Ao som da marcha de continência, as botas já gastas pisavam outro continente e seguiam alinhadas atrás do comandante que, por sua vez, caminhava devagar de olhos postos nos soldados à sua frente – os que levavam aos ombros o caixão de um praça do esquadrão de Cavalaria morto na véspera e que ficaria sepultado no cemitério da cidade.

Nessa tarde, quando todos regressavam a bordo, um sargento deu duas bofetadas a um soldado e o resto da tropa revoltou-se, obrigando os oficiais a alguns gritos para acalmar os ânimos. No dia 20 de outubro de 1915, em Luanda, a morte apanhou boleia no *Moçambique* e deu a mão à indisciplina.

Em Lourenço Marques, algum tempo depois, entraram as cornetas, uma dúzia delas, novas, para alegria dos corneteiros que se queixavam do mau estado das quatro que traziam de Penamacor. O governador-geral e os oficiais da expedição – surpreendidos com a Guarda Nacional Republicana da cidade, constituída por soldados indígenas de cofió vermelho, tronco nu e descalços – foram convidados para um copo-de-água no Grémio Militar, mas os brindes foram todos para Álvaro de Castro, para quem a viagem tinha acabado ali. Os soldados, que para saírem do porto tinham de tomar banho e fazer a barba, passaram dois dias em terra com dinheiro na mão, o que obrigou a um reforço militar e policial junto dos muito concorridos bordéis.

O *Moçambique*, já com muitos doentes de sífilis a bordo, deixou para trás a última cidade do mundo civilizado na noite de 2 de novembro. Cinco dias depois, ao início da tarde, e após um

mês inteiro de vida feita no navio, a tropa começou a desembarcar em Porto Amélia. O gigante *Moçambique* mais parecia um bote na enorme baía de Pemba, mas os soldados descobriram depressa que havia barcos mais pequenos – os únicos que podiam chegar ao cais de desembarque e apenas na maré cheia. «Fora disso», conta Rodrigues da Silva, «passava-se das pequenas embarcações para os ombros de um pretalhão, e “à cochita”, como as crianças, agarrado à sua cabeça rapada e luzidia, receoso de um baque, magoando o desgraçado, enquanto não afeito a tal modo de transporte, se era levado até à areia seca.»

A terra quente e a luz brilhante do sol apresentaram o chão da costa oriental de África aos soldados portugueses, inebriados por um cheiro que nunca tinham sentido e que nunca souberam explicar. O calor e a humidade tornavam os movimentos pesados. Os homens subiam lentamente a encosta até aos barracões que lhes estavam destinados, de onde saíam os militares que se preparavam para voltar a Portugal. Logo ao início do caminho poeirento, havia uma estrutura frágil que o comandante da primeira expedição, a de 1914, usara como isolamento durante uma epidemia de febre tifoide e que mais tarde foi reaproveitado como hospital para os oficiais. Mais um sinal do que estava para vir, mas a que ninguém deu grande importância.

Nessa noite e na seguinte, muitos dos soldados acabados de chegar de Lisboa para combater os alemães na fronteira do Rovuma dormiram no chão. Não havia espaço na base para todos e os donos das camas, por más que fossem, não estavam dispostos a cedê-las. Era preciso limpar e desinfetar os porões do navio para receber os homens que estavam de partida.

Assim, na mesma praia do fim do império, presos entre o mar e uma selva assustadora e repleta de perigos, cruzavam-se rostos aliviados e semblantes apreensivos. O *Moçambique* deixou Pemba ao meio-dia do dia 9 de novembro de 1915. Mesmo sem a presença do inimigo, a guerra começava.

Nos cinco meses entre o desembarque e o avanço para Quionga, as tropas portuguesas limitaram-se a ir morrendo, de tédio e de doenças, numa praia tropical de águas tranquilas. Um desastre vagaroso à beira do Índico. O capitão Rodrigues da Silva carrega nos pormenores para descrever os primeiros sinais de descuido e de indisciplina. «Aos soldados foram distribuídas duas mantas e um lençol impermeável. Mosquiteiros não lhes foram dados, e como eles, na sua triste ignorância, não acreditavam na transmissão das febres pela picada do mosquito e sorriam estupidamente incrédulos quando lho diziam, em geral não os adquiriam. Demais, para os seus magros cobres, era despesa de alta monta. Alguns só a isso se resolveram, ou quando as febres os começaram a consumir, ou porque a picada em si os incomodava, ou ainda porque oficiais e graduados insistiam na conveniência da compra e lhes davam o exemplo.»

Muitos preferiam gastar o dinheiro, escasso, numa espécie de investimento imobiliário. Não eram poucos os cabos e os soldados que viviam em palhotas fora do acampamento. Algumas eram construídas de raiz, outras compradas aos indígenas e outras ainda trespassadas por soldados da expedição anterior, com tudo o que tinham dentro: os objetos, «o moleque e a preta».

Tudo era feito às claras, apesar de os comandantes terem proibido os negócios e ordenado que fossem queimadas todas as palhotas de militares da expedição, que seriam punidos disciplinarmente. Só que havia problemas muito mais sérios, mesmo sem haver qualquer sinal do inimigo. Em março, quatro meses após a chegada, já começava a faltar comida. O comandante teve de pedir às tropas que deixassem de comer galinha e ovos para que os doentes, cada vez em maior número, o pudessem fazer. O gado, que vinha de Madagáscar, estava tuberculoso, os legumes ficavam sempre mal cozidos, o vinho era misturado com água... Logo a 13 de novembro, seis dias depois da chegada, vários soldados formaram na parada dispostos a interromper o jantar dos oficiais queixando-se de que o rancho «era uma porcaria».

A economia local ia de vento em popa: uma galinha que em novembro de 1915 se comprava por 10 ou 12 centavos, custava, em março de 1916, 50 centavos – e nem o preço decretado pelo administrador local travou a especulação. O dinheiro comprava praticamente tudo: garoupas da baía aos pescadores indígenas, couves a um vendedor grego ali estabelecido e chá e refrescos aos militares, transformados em comerciantes ocasionais, que viviam nas palhotas proibidas fora do acampamento.

A rotina do quartel determinava que era preciso ir buscar água para as tropas a um lugar que ficava a sete quilômetros do acampamento – a «Fonte do Boer» – mas a água não era esterilizada nem fervida antes de ser consumida. O tabaco distribuído aos soldados, que não pagava imposto à Companhia do Niassa, era vendido aos comerciantes locais, apesar de essa venda ter sido proibida pelo estado-maior da expedição. Júlio Rodrigues da Silva lamentava-se: «O comércio das localidades por onde as expedições passaram teve sempre à venda artigos existentes nos depósitos, mesmo quando já neles não os havia.»

A disciplina falhava, a comida faltava e as doenças encontravam terreno fértil na imensidão de soldados parados ao sol, mal alimentados e desprotegidos. A imobilização prolongada das tropas, ditada tanto pela indefinição estratégica do governo em relação à ação militar no território como pela relação tensa entre o comandante da expedição e o governador-geral de Moçambique, teve consequências graves. Tão sérias que o hospital da expedição rapidamente se tornou pequeno, o que obrigou a que os doentes não pudessem ficar mais de 48 horas internados.

Mais tarde, cada companhia foi obrigada a construir a sua própria enfermaria para os casos menos sérios, ficando o hospital reservado para as situações mais graves. No entanto, a multiplicação de espaços criou um novo problema, mais difícil de resolver: a falta de médicos (havia dois) e de enfermeiros (eram três e só um tinha experiência em África).

O catálogo de enfermidades era extenso. Havia inúmeros casos de doenças venéreas, contraídas na estada em Lourenço Marques e com o contacto cada vez mais frequente com as populações infetadas de Porto Amélia. Era um convívio nem sempre pacífico e, por vezes, com consequências sérias. No final de novembro, alguns soldados (14 pelo menos), que tinham sido atacados na véspera ao tentarem violar uma mulher, «invadiram» uma aldeia para se vingarem e foram «corridos» à pedrada.

«O estado sanitário do batalhão, entradas as chuvas, tornou-se mau. Todos os dias adoecia e ficava convalescente um grande número de homens», conta Rodrigues da Silva. A má qualidade da água, que os militares insistiam em beber de poços e fontes «inquinadas», em vez de esperarem por aquela que o comando distribuía, era responsável pelos casos de disenteria, tal como a fruta e as saladas e as bebidas alcoólicas que, à noite, fugidos do acampamento, compravam na povoação. Os mosquitos faziam o resto, espalhando malária sem olhar a quem, graças à aversão dos soldados às redes protetoras e à desconfiança em relação às ampolas de quinino, que despejavam no chão. «Não fazem nada», asseguravam. A situação tornou-se tão grave (com a desconfiança a estender-se também a todos os outros medicamentos) que o estado-maior decretou que o quinino fosse tomado à hora do café e a boca dos soldados inspecionada por oficiais para garantir que o ingeriam. A medida não teve resultados.